

Senado não vai priorizar imposto

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso terá sérias dificuldades para aprovar no Congresso a elevação de 10% das alíquotas de Imposto de Renda de Pessoa Física. A decisão sobre o aumento está agora nas mãos dos parlamentares e do presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ontem, ACM afirmou que a medida provisória com a elevação das alíquotas do IR terá uma tramitação normal no Congresso. Contrário ao aumento, ACM voltou a lembrar que o Congresso é soberano e, portanto, poderá modificar a proposta.

Mas essa não é a única dificuldade que Fernando Henrique enfrenta. Também a tramitação da reforma administrativa sofreu atraso ontem. O presidente da Câmara, Michel Temer, não conseguiu abrir a sessão por não haver o quórum mínimo de 51 deputados em um total de 513. Com isso, não pôde ser contado o prazo regimental. Sobre o aumento das alíquotas do IR, Antônio Carlos Magalhães manteve sua linha de oposição à decisão tomada pelo presidente Fernando Henrique. "Essas medidas podem ser aprovadas como elas vieram, mas também podem ser modificadas", afirmou. O governo precisa aprovar a medida com o aumento do IR até o fim deste ano, para que as novas alíquotas possam valer em 1998 e 1999. Aumentos de impostos só podem entrar em vigor por lei se forem votados no exercício anterior.

"Estamos insistindo na busca de outra alternativa para que se alcance a mesma quantidade de dinheiro sem a necessidade de aumentar o Imposto de Renda", disse o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), que antecorrem à noite reuniu-se com Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães.

A exceção do PSDB, partido do presidente Fernando Henrique, todos os demais partidos da base governista – PMDB, PPB, PFL e PTB – são contrários à elevação do IR das pessoas físicas. Tanto ACM como Temer estão certos que o aumento do IR será derrubado pelos parlamentares e, portanto, sem que as novas alíquotas possam vigorar em 1998 e 1999, conforme propôs o governo. Mas, na reunião com o presidente Fernando Henrique, ACM e Temer acertaram que a medida provisória com a elevação do IR chegará nesta segunda-feira ao Congresso. "A medida provisória vai tramitar normalmente: a comissão que irá analisá-la será designada, vão ser feitas emendas e, conseqüentemente, acho que aí será encontrado o caminho", disse ACM.

Na encontro com Fernando Henrique, ACM chegou a propor a substituição da elevação do Imposto de Renda pelo aumento em dois pontos percentuais das alíquotas de importação dos produtos supérfluos. A taxa do Imposto de Importação passaria dos atuais 3% para 5%, mas o aumento não atingiria os produtos importados dos países do Mercosul. "Existindo uma solução melhor, é meu dever aceitá-la", disse o presidente Fernando Henrique, segundo ACM.

Em tom conciliador, ACM garantiu que as relações e o clima entre o Legislativo e o Executivo estão melhores, apesar das divergências sobre o aumento do IR e do duro discurso feito pelo presidente Fernando Henrique atacando os críticos do pacote fiscal do governo. "É natural que nas divergências as pessoas não entendam e, às vezes, façam um alarde maior que o necessário. Hoje o clima está mais tranquilo porque está sendo esclarecido que o Congresso agiu na sua soberania e o Executivo também age como ele acha que deve fazer", disse ACM. "Às vezes, há intrigas que não devem ser levadas em conta", completou Temer.

Prazos – No dia subsequente à publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, os deputados e senadores têm cinco dias para apresentar emendas à proposta do governo. Ou seja, se a medida provisória for publicada hoje, os parlamentares poderão apresentar emendas até quinta-feira. Pelo Regimento Interno do Congresso, esse prazo é irredutível.

Assim que terminar o prazo para a apresentação de emendas, o presidente do Congresso, em comum acordo com as lideranças dos partidos, indicará os integrantes da comissão – sete deputados e sete senadores – que irá analisar a medida provisória. A Comissão tem até 15 dias para apresentar um parecer sobre o conteúdo da medida provisória. Esse prazo pode ser reduzido. Depois, a medida provisória é votada pelo plenário do Congresso (Câmara e Senado). "Vamos nos empenhar para votar essa medida provisória até 15 de dezembro para que o aumento do imposto possa vigorar a partir do ano que vem", disse o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-SC).

Reforma – Temer disse que não vai mudar o calendário de votação da reforma administrativa. Vamos começar a votar a emenda em sessão extraordinária na quarta-feira à noite", disse. "Não vou paralisar a votação da reforma até que ela seja concluída. Se for preciso vai ter convocação na sexta-feira, no sábado e no domingo", garantiu. Para reforçar a mobilização pela aprovação da reforma administrativa, os governadores da coligação governista vão vir a Brasília para pressionar suas bancadas a aprovar a emenda.

Os estados e os municípios serão os maiores beneficiados com a reforma, que irá permitir a demissão de servidores públicos todas as vezes que os gastos com pessoal ultrapassarem a 60% da receita. Hoje, a maioria dos estados gasta muito com o pagamento de pessoal.

Na avaliação dos líderes governistas, as perspectivas de aprovação da reforma são mais favoráveis. Há cerca de três semanas, o líder do governo na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), confidenciou que tinha apenas cerca de 280 votos para aprovar a reforma administrativa. Mas, agora, os governistas acreditam que têm mais que os 308 votos necessários para aprovar a emenda.

"Temos os votos necessários", afirmou o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE). "Vamos aprovar essa emenda com mais de 330 votos", garantiu o líder do PSDB, deputado Aécio Neves.

Além de agilizar as medidas do pacote fiscal, os senadores querem votar o projeto que regulamentará os planos de saúde, o que cria o crime de lavagem de dinheiro e a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até dezembro de 1999, entre outras propostas.